

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL - PLAGEDER**

JULCEMAR JOÃO BERNARDI

**O ASSOCIATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: UM
OLHAR PARA A ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE SUÍNOS DE
CAMARGO - RS**

CAMARGO

2011

JULCEMAR JOÃO BERNARDI

**O ASSOCIATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: UM
OLHAR PARA A ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE SUÍNOS DE
CAMARGO - RS**

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado ao PLAGEDER da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de graduação em Tecnólogo a Distância de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

Co-orientadora: Tutora Monique Medeiros

CAMARGO

2011

JULCEMAR JOÃO BERNARDI

**O ASSOCIATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: UM
OLHAR PARA A ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE SUÍNOS DE
CAMARGO - RS**

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado ao PLAGEDER da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de graduação em Tecnólogo a Distância de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito ()

Professor Dr.: Ivaldo Gehlen
Orientador
UFRGS

Professor Décio Cotrim
UFRGS

Professor Lovois de Andrade Miguel
UFRGS

Porto Alegre, ____ de _____ de 2011.

Agradecimentos

A Deus, por tudo o que tenho e conquistei ao longo da minha vida, pelas oportunidades que me foram dadas para crescer como ser humano e pelos obstáculos que surgiram e que me fizeram amadurecer.

A todos meus familiares que sempre me apoiaram de uma forma ou outra.

Ao corpo docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial ao Pólo e orientador do estágio, pela dedicação, competência e prestatividade quando solicitada.

Aos suinocultores do município de Camargo-RS, que tão bem nos receberam ao longo das visitas que realizamos visando à coleta de dados para a realização deste trabalho acadêmico.

Aos amigos e colegas com quem me relacionei no decorrer do curso.

E à Associação dos criadores de suínos de Camargo, pela disponibilidade das informações e pela oportunidade de realizar o meu trabalho de conclusão.

RESUMO

O presente estudo estará tratando de compreender como as ações da Associação de Criadores de Suínos de Camargo - RS contribuíram e contribuem para a construção do desenvolvimento dos agricultores familiares do município. O município possui na atividade primária (agricultura e pecuária), a principal fonte de renda. Estas atividades representam um percentual bastante significativo no cenário econômico deste município, sendo as atividades mais importantes para o desenvolvimento deste território. Destacamos que a produção vegetal (soja e milho), produção de animais como aves de corte, suínos, bovinocultura leiteira são atividades presentes no meio rural. Em Camargo, na sua grande maioria, as propriedades rurais possuem perfil familiar e sempre criaram suínos de forma independente e sem a mínima organização entre os agricultores que desenvolvem esta atividade. A organização dos agricultores em forma de associação favoreceu a redução do êxodo rural trazendo para o município certa estabilidade demográfica e favorecendo a economia do mesmo. Deve-se colocar que não existe obrigatoriedade de estar associado a alguma associação, sendo esta de livre participação. Outra característica da associação é sua organização interna, com diretoria e conselho fiscal, subordinado a uma assembléia geral, seus administradores são os próprios agricultores. Com a utilização de pesquisa de campo na forma de entrevistas com os atores sociais envolvidos, complementada por referências documentais e teóricas, verificou-se que no município onde a agricultura familiar é o principal fator econômico, estruturou-se uma forma de inclusão socioeconômica positiva de famílias que antes encontravam dificuldades de competir comercialmente com seu produto, e cuja subsistência encontrava-se em risco.

Palavras-chave: associativismo; agricultura familiar; desenvolvimento rural.

ABSTRACT

Held in the town of Camargo, RS, located a region of colonization of Italian descent, this study sought to understand how the actions of Swine Breeders Association Camargo - RS contributed to the construction of rural development in the city. With the use of field research in the form of interviews with the actors involved, supplemented by documentary and theoretical references, we found that this community where family farming is the main economic factor, is a structured form of positive socio-economic inclusion families who previously found it difficult to compete commercially with their product, and whose livelihood was at risk.

Keywords: *associations; family farming; rural area.*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
1.1	Problema de pesquisa.....	11
1.2	Objetivos.....	12
1.2.1	Objetivo geral.....	12
1.2.2	Objetivos específicos.....	12
2	METODOLOGIA	13
3	BUSCANDO TEORIAS PARA A ANÁLISE DO EMPIRICO	15
3.1	Desenvolvimento rural e agricultura familiar.....	15
3.2	A agricultura familiar e o associativismo.....	18
4	ASSOCIATIVISMO EM CAMARGO: OS ATORES ENVOLVIDOS E AS MUDANÇAS OCORRIDAS	24
5	CONCLUSÃO	32
6	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

O associativismo consiste basicamente, na união de pessoas, de forma organizada, em prol das mesmas metas. Associativismo conforme Villela (2010) é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de pessoas ou empresas para representar e defender os interesses dos associados e estimular o desenvolvimento técnico, profissional e social dos mesmos. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria. A convivência associativa exige das pessoas regras e comportamentos universais, na medida em que bens e costumes são compartilhados.

Na agricultura familiar surgem organizações que se constroem com objetivos que envolvem desde aspectos produtivos, como a saúde, o meio ambiente, turismo, etc. Estas organizações são compostas de uma estrutura mínima e por um pequeno grupo de famílias; vale ressaltar que não existe um número mínimo ou máximo definido para sua criação. Tomazi *et al* (2000, p. 216) nos dizem que “trata-se da ação conjunta de homens, a partir de uma determinada visão de mundo, objetivando a mudança ou a conservação das relações sociais numa dada sociedade”.

A agricultura familiar é a principal geradora de trabalho no meio rural e conforme a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, 85% das propriedades brasileiras são de agricultura familiar. Cerca de 13,8 milhões de pessoas em aproximadamente 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. A agricultura familiar é a maior produtora de alimentos da cesta básica dos brasileiros, sendo que cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares, de acordo com dados daquela secretaria.

As famílias rurais agrupam seus interesses em torno de objetivos comuns para se fortalecerem, buscando cooperação para melhoria de qualidade de vida no meio rural. Assim o associativismo é visto por esses agricultores como uma forma de participação nas decisões locais. Através dessa organização, podem ser cidadãos planejadores do desenvolvimento rural, fazendo diminuir a distância entre eles e a máquina estatal.

O município de Camargo - RS, que nos serviu de referência para o presente trabalho, situa-se na região do planalto do Estado do Rio Grande do Sul, há cerca de 270 km da capital gaúcha, Porto Alegre. A região apresenta uma demografia emoldurada por intensas relações sociais. Existe na região um envolvimento comunitário muito forte das famílias e dos indivíduos. A participação e o envolvimento em entidades sociais, como em comunidades, clubes, associações, cooperativas, sindicatos, Centro de Tradições Gaúchas (CTG) é intensa. Também existe um forte sentido de cooperação e auxílio entre as famílias.

No aspecto econômico, Camargo está inserido numa região de pequenos municípios que possuem na atividade primária (agricultura e pecuária) sua principal sustentação econômica. A região possui uma característica marcante: pequenas propriedades rurais, onde estão presentes várias atividades produtivas, destacando-se a produção de grãos (soja, milho e trigo), a avicultura de corte, a suinocultura, a bovinocultura leiteira e a bovinocultura de corte. Outras atividades também se fazem presentes no meio rural, mas com menor expressão e significado econômico, como a produção de subsistência.

O município de Camargo pertencia inicialmente ao município de Soledade. Depois foi incorporado ao município de Marau, como distrito. No ano de 1988, em face de um intenso movimento emancipatório, alcançou sua emancipação, tornando-se independente política e administrativamente. O município, além da sede municipal, possui um total de oito comunidades rurais em um território de 137 Km² de área.

Os primeiros colonizadores que chegaram para colonizar e habitar o território, onde atualmente está situado o município de Camargo, vieram principalmente da serra gaúcha. Encontraram aqui somente alguns “caboclos”, que aqui residiam. Com o passar do tempo, muitos outros descendentes de italianos migraram para esta região. Em face fenômeno de ocupação da região, existe atualmente uma forte tendência cultural, relacionada à cultura italiana, que vai desde hábitos alimentares, costumes e religiosidade. A colonização italiana deixou uma herança cultural muito forte e presente no município e na região. Não é raro encontrar famílias, principalmente no meio rural, cuja língua mais utilizada é o dialeto italiano. Enfim podemos dizer que a cultura italiana

está muito presente neste espaço territorial do estado do Rio Grande do Sul.

Estes primeiros moradores desenvolviam atividades produtivas fundamentadas e oriundas da cultura original, basicamente produção de subsistência, com uma gama de atividades bastante grande. Produziam praticamente todo o alimento para a família, onde o excedente servia como “moeda de troca” com vizinhos, por outros produtos não produzidos na propriedade. Nesta linha de atividades e produtos inicialmente produzidos pelas comunidades locais, podemos destacar a produção de uvas, milho, feijão, arroz, batatas, mandioca, galinhas, suínos, bovinos, ovelhas, etc.

Camargo se caracteriza por um relevo medianamente ondulado, sendo bem provido de mananciais hídricos (rios, riachos, sangas, banhados). A região possui uma razoável cobertura de mata nativa ou oriunda de regeneração natural e reflorestamento.

Entendemos que estas características determinam e criam uma base para novas formas organizacionais. Estas novas práticas coletivas geram oportunidades na ocupação de espaços e podem determinar e garantir o sucesso dos projetos construídos de forma cooperada, estratégias viáveis para a ampliação do potencial produtivo e na criação de inovações que valorizem os produtos e na obtenção de maiores lucros.

Segundo o censo de 2006, a população de Camargo contava com aproximadamente 47% de sua população residindo na área rural. Dentre essa população rural, a maior parte é representada por famílias de agricultores, distribuída em minifúndios, onde prevalecem as culturas de subsistência combinadas com fruticultura. A renda da venda dos produtos excedentes é baixa, uma vez que o pequeno agricultor não tem força na negociação com os distribuidores, e o custo dos insumos é alto pelo mesmo motivo.

Até meados do século passado, os produtores de suínos eram independentes, com rebanhos de pequeno porte, ciclo completo, pouca tecnologia e nenhuma genética que pudesse trazer qualidade para seu rebanho. O produto principal era a banha. Os produtores não eram afeitos a parcerias entre criadores e indústria.

Conforme dados da Fundação de Economia e Estatística no município de Camargo em 1994 existiam 2.469 habitantes e 4.050 cabeças de suínos; já no ano de 1997 eram 2.460 habitantes e 7.000 cabeças de suínos; em 2004

eram 2.463 habitantes e 9.834 cabeças de suínos; em 2009 eram 2.555 habitantes e 13.500 cabeças de suínos e em 2010, 2.592 habitantes e 17.000 cabeças de suínos. Percebe-se que a população total do município, permaneceu inalterada com o passar dos anos e o efetivo total de suínos cresceu significativamente.

Citamos como exemplo prático a atuação da Associação de Criadores de Suínos de Camargo – RS, atuante no município desde 1995. Esta congrega uma parcela economicamente ativa da população, organizada sob os modelos do associativismo, atuando na produção de suínos e tendo como base minifúndios explorados por famílias de agricultores.

A realidade do município de Camargo, não é muito diferente de tantos outros pequenos municípios no Brasil. Necessita de um projeto rural para a agricultura familiar, que promova o desenvolvimento das famílias e evite que elas acabem por abandonar a terra em busca de trabalho nas grandes cidades.

Através da organização das famílias de agricultores, vemos aumentar a capacidade de interação dessas com o mercado de consumo de produtos agropecuários, proporcionando o acesso à tecnologia, maior poder de negociação, e conseqüentemente aumento da produtividade e da renda das famílias.

Esta comprovação está representada em dados fornecidos pela Associação dos Produtores de Suínos de Camargo – RS, entidade sem fins lucrativos, que desde 1995 busca a melhoria das condições tecnológicas e comerciais para esta atividade produtiva, promovendo o desenvolvimento da agricultura familiar e, por conseqüência, da atividade rural do município.

1.1 Problema de pesquisa

Neste contexto, constrói-se o seguinte problema de pesquisa: como as ações da Associação de Criadores de Suínos de Camargo contribuem para a melhoria da situação socioeconômica dos agricultores familiares do município de Camargo – RS?

1.2 Objetivos

Este trabalho possui os seguintes objetivos definidos, que permitirão responder ao problema apresentado.

1.2.1 Objetivo geral

Compreender como as ações da Associação de Criadores de Suínos de Camargo contribuem para a melhoria da situação socioeconômica dos agricultores familiares do município de Camargo - RS.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar os atores sociais envolvidos com as atividades dessa associação.
- Analisar as mudanças socioeconômicas que ocorreram entre os agricultores familiares envolvidos com a associação, e no município, após a atuação desta no local.

2 METODOLOGIA

O termo metodologia tem significados diversos: “[...] para fazer referência a uma disciplina e ao seu objeto, identificando tanto o estudo dos métodos quanto o método ou métodos empregados por uma dada ciência” (Martins e Theóphilo, 2007, p. 37).

A metodologia é apresentada como o estudo dos métodos, ou da forma, ou dos instrumentos usados para a realização de uma pesquisa científica, ou seja, é o conhecimento dos métodos que auxiliam o pesquisador na elaboração do trabalho científico.

Para a base deste trabalho foi utilizada pesquisa bibliográfica em livros, revistas, internet e fontes correlatas de cunho teórico, a qual buscou elementos históricos e atuais acerca do associativismo e das transformações que causam na comunidade onde se desenvolvem. Para a pesquisa empírica, foram realizadas buscas documentais e bibliográficas, que envolveram desde panfletos até livros de instituições locais contendo informações importantes sobre a agricultura familiar do município. Além de pesquisa de campo, utilizando-se o método de entrevistas não estruturadas, utilizada na obtenção de dados *in loco* sobre a atuação da Associação de Criadores de Suínos de Camargo – RS, sua relação com o desenvolvimento das famílias de criadores associados, e da região.

As entrevistas não estruturadas buscaram depoimentos de oito associados criadores de suínos, no período de janeiro à maio de 2011, foram realizadas estas entrevistas por serem mais flexíveis e porque os participantes possuem maior liberdade. As perguntas feitas procuravam orientar o desenvolvimento e a conversa. Este tipo de entrevista procurou o enfoque informal por se tratar de explorar e investigar não querendo verificar uma hipótese. Assim, procuramos promover, encorajar e orientar a participação. Neste tipo de entrevista procuramos verificar como determinada resposta é dada, pois o tom de voz, expressão facial, a hesitação, nos forneceu informações que uma resposta escrita nunca revelaria.

Entrevistamos um dos membros desta entidade que executou a função de diretor da associação no ano de 2010, e que atualmente faz parte de seu quadro social. Definiu-se esta metodologia de trabalho em função da

necessidade de se entender pontos de vista de ambas as perspectivas (associados e entidade).

Durante as conversas, os entrevistados foram argüidos sobre o modo de atuação e os objetivos da associação, discorrendo sobre sua fundação, a sua organização, a busca de melhorias tecnológicas e a busca de parceiras no mercado para comercialização e distribuição dos produtos.

Os dados sobre regimento interno, a data de fundação e a quantidade de associados foram informados pela secretaria da organização.

3 BUSCANDO TEORIAS PARA A ANÁLISE DO RECORTE EMPÍRICO

A revisão bibliográfica buscará elementos que possam esclarecer através da experiência e do conhecimento de outros autores, o contexto histórico dos movimentos sociais, em especial o associativismo, alguns de seus modelos empregados na sociedade atual.

3.1 Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

Segundo BATALHA e SCAPELLI, citados por SENABIO E ANTONIALLI (2007), o agronegócio no Brasil tem sido objeto de atenção das entidades governamentais e empresariais, passando, também, a ser discutida pela comunidade acadêmica. Tal interesse é devido aos seus aspectos econômicos, sociais, políticos e tecnológicos, levando em consideração a produção, transformação, distribuição e comercialização de produtos de origem animal ou vegetal.

Para DUARTE e SAYAGO (2006) os modelos de desenvolvimento brasileiro têm definido as funções da agricultura no contexto do processo de desenvolvimento ao longo de nossa história, apontando como principais marcos:

- Anos 30/50 – Opção pelo desenvolvimento industrial - agricultura vista como o setor atrasado da economia (produção agrícola para exportação; produção de alimentos para o mercado interno);

- Anos 60/80 - Difusão do padrão tecnológico da Revolução Verde – “modernização” da agricultura brasileira (produção para mercado externo para equilibrar balança de pagamentos; liberação de mão-de-obra para a indústria; produção de matéria-prima a baixo custo; dinamização do mercado de implementos agrícola vinculada ao capital internacional; opção pela grande produção; maior concentração da estrutura fundiária; exclusão de grande parcela dos pequenos produtores rurais; êxodo rural);

- Anos 90/2004 – Rediscussão do modelo de desenvolvimento da agricultura, com a incisão da questão socioambiental – reforma agrária, agricultura familiar e agroecologia, bem como da abertura à participação da agricultura familiar no processo de descentralização dos espaços decisórios e

de poder (Agenda 21).

Para as autoras, a Agenda 21, mais especificamente o capítulo 14 que trata do Desenvolvimento Rural, inova ao relacionar a dimensão econômica, social e ambiental e avança na dimensão política, defendendo que o êxito de qualquer medida dependerá da participação e organização das populações rurais, e da cooperação entre governos e setor privado. Ressalta a importância da relação entre a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável, uma vez que a agricultura cumpre funções relevantes ao desenvolvimento dos países e recomendando que a política agrícola tenha seu foco sobre o aspecto multifuncional da agricultura familiar.

Nesse sentido aparecem como principais funções da agricultura familiar: a garantia da sobrevivência da unidade familiar pela produção para o consumo e garantia da capacidade produtiva e da segurança alimentar; a geração de emprego, que também é analisada como fator de melhoria social; a preservação ambiental; o resgate de um modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade; a valorização do local e de seu desenvolvimento, especialmente na conformação de novas territorialidades.

Sousa (1977), citado por Senabio e Antonialli (2007), enfatiza o papel estratégico da agricultura brasileira no cenário de desenvolvimento social e econômico nacional, por ser um segmento que, ao crescer, produz o aumento da renda e fixa o homem ao campo. Segundo Senabio e Antonialli (2007, pg. 2),

A análise de diversos produtos da cesta básica determina e explica as grandes transformações sofridas pela agricultura, demandado, assim, a revisão do conceito de agricultura, que passa a ser incorporado a conceitos mais amplos como agronegócio, complexo agroindustrial ou negócio agrícola.

As transformações de que fala o autor coloca, na prática, o sistema agroindustrial brasileiro assumindo uma conformação com os sistemas de países desenvolvidos, próximo ao americano e europeu, com oligopólios formados na distribuição (grandes atacadistas e supermercados), organização da produção e detentor de tecnologia (empresas integradoras) e com empresas de produção rural na outra ponta da cadeia em concorrência perfeita

(empresas familiares, indústrias agropecuárias, latifundiários, etc.).

Esta “concorrência perfeita” só foi possível ser concretizada no modelo de sistema agropecuário brasileiro pela recente organização das associações de agricultores familiares, que atuam de igual para igual com produtores de porte médio e grande, e são responsáveis pela maioria da produção agropecuária nacional. Para ter uma idéia, no segmento da pecuária de suínos, a agricultura familiar ocupava em 2005, setenta pontos percentuais (70%) na composição do Produto Interno Bruto deste segmento no Estado do Rio Grande do Sul, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Outros segmentos agropecuários, segundo a mesma fonte, possuem composição similar.

Alencar e Moura Filho (1988), citados por Senabio e Antonialli (2007), formulam a seguinte qualificação das unidades de produção: latifúndios, empresa agropecuária capitalista, empresas familiares e unidade de produção camponesa. Os latifúndios são extensas áreas agricultáveis, com níveis elevados de comercialização, mas com capitalização baixa. São constantes o emprego de mão-de-obra contratada ou formas de parceria no processo produtivo. As empresas agropecuárias capitalistas são aquelas com intensivo processo de comercialização e capitalização. São modernizadas e tecnificadas pela inclusão de equipamentos e insumos industrializados na produção. As empresas familiares são eminentemente compostas por força de trabalho familiar, com relativo nível de comercialização e capitalização. As unidades de produção camponesa também empregam a mão-de-obra familiar, porém com baixo nível de comercialização e sem capitalização.

Salientam os autores que as empresas familiares, mesmo com relativa capacidade de comercialização e capitalização, apresentam renda líquida baixa, o que determina sua simples manutenção no setor, sem que haja possibilidade de acumulação e a necessidade da sua vinculação a outras agroindústrias do complexo. Em situação similar encontram-se as unidades de produção camponesas. Enfim, a agregação destas típicas unidades de produção ao setor modernizado da agricultura atende a dois objetivos: garantir renda e trabalho para pequenos produtores, traduzido em última análise pela sobrevivência; e assegurar para agroindústria o fornecimento constante de matéria-prima dentro de padrões técnicos.

Lamounier (1994), citado por Senabio e Antonialli (2007), explica que neste cenário do *agrobusiness* coabitam dois tipos de atores: o dos atores com significância efetiva de decisão e o daqueles com reduzida ou nula significância nas decisões das políticas econômicas e agrícolas. No primeiro grupo coloca o governo, a agroindústria, bem como produtores organizados em associações classistas como a Sociedade Brasileira Rural ou a Confederação Nacional da Agricultura.

No segundo grupo, segundo este autor, estão “os atores com pouca influência nas decisões, são os pequenos produtores e trabalhadores rurais, elo fraco da cadeia produtiva.” Para ele, “excluídos das benesses da modernização da agricultura, são compelidos a recorrer às políticas públicas com ênfase na agricultura familiar ou por defesa de movimentos reivindicatórios de Organizações Não-Governamentais (ONGS) que objetivam o resgate da cidadania e melhores condições econômicas e sociais do campo”.

Considera ainda que “um contra movimento dos pequenos produtores para um enfrentamento ou para sua simples sobrevivência frente à agroindústria é imperativo e central”, que são as associações de agricultores familiares organizadas em níveis municipal, estadual e nacional.

3.2 A Agricultura Familiar e o Associativismo

Na sociedade capitalista, as mudanças nas relações de produção tiveram como conseqüências à modernização dos meios de transporte, de comunicação, a exploração irracional do meio ambiente, a derrubada das barreiras nacionais, dentre outras e isso provocou desde a destruição do meio ambiente até precárias condições de trabalho, bem como alterações culturais. Essas transformações provocaram reações de confronto e indignação, lutas em defesa do meio ambiente, das etnias desvalorizadas. Segundo Tomate *et al.* (2000), todos esses movimentos, de alguma forma denunciam as contradições da sociedade capitalista em seus diversos níveis de relações.

Com a evolução técnica, a agricultura conseguiu aumentos expressivos de produção nos últimos 50 anos. Temos visto muitas empresas multinacionais, brasileiras e estrangeiras, assumindo a distribuição de alimentos no país, que buscam melhorias genéticas e investem em pesquisa e

desenvolvimento agroindustrial. Assim os agricultores familiares estão excluídos do processo de desenvolvimento, pois possuem pequenas áreas de cultivo e poucos recursos econômicos. Conforme Santos Júnior (2001, p.10),

[...] a agricultura familiar ainda é a forma preponderante de produção agrícola em várias áreas do país. É também condição fundamental para que haja uma sobrevivência para a economia da grande maioria dos municípios brasileiros é, portanto o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Se devidamente apoiada por políticas e ancorada em iniciativas locais, pode se transformar no grande potencializador de um desenvolvimento descentralizado e voltado para uma perspectiva de sustentabilidade.

O associativismo pode mudar esse quadro à medida que traz maior autonomia para os agricultores familiares em relação a compra de insumos, a possibilidade de construção de alianças e parcerias para potencializar as ações de comercialização e influenciar as políticas públicas para a agricultura sustentável, como componente do desenvolvimento sustentável, conforme sugere Graziano (1996, pág. 36):

A constituição dos circuitos alternativos, como associações de classe com fins comerciais que englobam os pequenos agricultores, deve ser realizada por dinâmicas que assegurem autonomia às organizações sociais e que permitam estabelecer estratégias equitativas para a construção de um mundo melhor: ético, humano, democrático ambientalmente sustentável e economicamente descentralizado. Estratégias e alternativas construídas pela experimentação, pelo processo de conquista e de conhecimento técnico e empírico a partir de sua inserção no mercado.

Nesta perspectiva de facilitar processos coletivos de construção de propostas, sujeitos a erros e acertos no percurso, são requeridas metodologias participativas que possibilitem que os agricultores sejam atores reais no processo. Assim, acreditamos que estas associações menores e descentralizadas podem ocupar espaços vazios e podem representar uma estratégia eficaz na alavancagem do processo de sustentabilidade da agricultura familiar.

Refletir sobre o associativismo, uma entre as diversas formas de organização dos membros da agricultura familiar é entender a conquista da consolidação da democracia bem com a relação que se estabelece com outras organizações da sociedade civil e Poder Público. A história dos agricultores familiares, excluídos social e economicamente, distantes das tomadas de decisões nos diversos âmbitos da vida, sobretudo, no âmbito político, ainda é uma realidade que pode ser presenciada. O associativismo é uma forma dos produtores rurais buscarem e continuarem lutando pela consolidação de uma vida mais digna e democrática.

As estratégias de organização em associação propõem a democratização das opiniões e os interesses da maior parte da população. A democratização e a presença no poder local podem ser fatores que impulsionam o associativismo rural e que definam o papel dos cidadãos no espaço que passam a ocupar. Sendo assim, cremos que o associativismo, com suas características, comuns ou específicas, esta sendo utilizado na agricultura familiar e suas características servem para caracterizar, analisar, acompanhar e avaliar, na elaboração de soluções para as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares.

Para Teixeira (2000), o associativismo rural pode ser entendido, como um instrumento de luta dos pequenos produtores, proporcionando a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos. Uma associação não é somente uma organização de pessoas com objetivos comuns para proporcionar uma melhor reprodução econômica de seus sócios, mas sim uma organização mais complexa com objetivos também de caráter social, desempenhando importantes e complexas funções por meio de estatutos e regimentos. Outra característica que as associações possuem é que o objetivo de grupo deve ser mais importante que os objetivos individuais, sob pena de inviabilizar a existência da mesma. As associações não possuem um dono definido, todos os associados são responsáveis pela gestão e organização da mesma.

Portanto, pode-se concluir que uma associação é uma sociedade civil que não possui fins lucrativos, onde os indivíduos se organizam para atender aos seus interesses, de forma democrática. Ela existe porque os associados possuem um objetivo comum, e trabalham em grupo para a realização desse

objetivo.

Segundo site Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o associativismo e o cooperativismo são conceitos que apresentam correlação às definições dos capitais: humano, social e empresarial – fatores estes fundamentais para a promoção do desenvolvimento rural.

O capital humano, na medida em que pressupõe o crescimento das habilidades, conhecimentos e competências das pessoas podem se incorporar ao conceito do associativismo no que se refere à proposta de reunir um grupo de pessoas ou de entidades em busca de interesses comuns sejam eles econômicos, sociais, filantrópicos, científicos, políticos ou culturais.

Esse grupo de pessoas ou entidades, para alcançarem seus fins, necessitam, também de confiança, cooperação e ajuda mútua, o que nos remete ao conceito de capital social. Assim, as associações, e a forma como reúnem seus objetivos, devem adotar métodos de trabalho que estimulem o fortalecimento do capital humano e social, favorecendo sua forma de organização e motivação das pessoas envolvidas.

O cooperativismo, por sua vez, apresenta uma relação estreita com o conceito de capital empresarial ou cultura empreendedora. Caracteriza-se por uma forma de produção e distribuição de riquezas baseada em princípios como a ajuda mútua, a igualdade, a democracia e a equidade. Desta forma, para que o cooperativismo seja eficiente no sistema econômico, é fundamental o crescimento da atitude pro ativa dos agentes locais que se tornam sujeitos protagonistas do seu empreendimento, melhorando, assim, as condições de renda dos cooperados, bem como as condições de trabalho e a independência do trabalhador. Nota-se, aí, a importância de uma atitude empreendedora dos sujeitos, como preconiza o conceito de capital empresarial.

RICCIARDI (2000) nos diz que no associativismo com grande número de associados, há dificuldade em se estabelecerem objetivos comuns, há um baixo nível de comprometimento dos associados. É comum que aconteça a perpetuação de alguns líderes, que conseguem agrupar grande número de associados com interesses parecidos. A tendência é que surjam disputas políticas para a formação da diretoria.

Esse modelo aumenta a importância na formalização da associação, já

que o grande número de associados e a tomada de decisões centralizada em uma diretoria prejudicam a relação de confiança e transparência.

BEZERRA (2003) nos fala de associativismo em pequenos grupos, sendo mais fácil estabelecer objetivos comuns. Disso resulta uma rotatividade de lideranças. A responsabilidade neste tipo é de todos os associados. A maioria das idéias é fácil de ser realizada. As ações são implementadas rapidamente. Os participantes têm praticamente os mesmo interesses. Existe uma relação de transparência.

O protagonismo local é o fenômeno pelo qual os agentes locais se reconhecem como sujeitos do seu próprio destino. Tornam-se atores sociais. Logo, se trata de um processo de “empoderamento” (*empowerment*), de ampliação da esfera pública, de transformação nas relações entre Sociedade, Mercado e Estado.

Para o ex-ministro Raul Jungmann, apud Borin, Veiga e Almeida (2001), a revalorização da agricultura familiar está atrelada a um conjunto de mudanças que está acontecendo na economia e na sociedade, além de estar fortemente atrelado a um processo de globalização – de rápidas mudanças tecnológicas, e acrescenta:

[...] a agricultura familiar contém um conjunto muito grande de possibilidades que envolve também o retorno ao campo, e que pode propiciar que as atividades não-agrícolas ou consorciadas, em termos de geração de emprego e renda, tenham um caminho aberto.

Segundo este, ao contrário do processo de modernização ocorrido no Brasil nos anos 70 e 80, onde a base tecnológica formada estava assentada em grandes propriedades rurais sob o poder da agricultura patronal, em que ocorria a mecanização da agricultura e o conseqüente desemprego no âmbito rural. O atual processo de desenvolvimento da agricultura familiar está assentado em bases sociais que privilegiam a empregabilidade e sustentabilidade.

O modelo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar,

entretanto, não abandona o processo de grandes extensões latifundiárias; ele o complementa permitindo a entrada de novos atores sociais que estavam sendo sistematicamente excluídos e empurrados para a marginalidade nos centros urbanos, e propicia o desenvolvimento da diversidade na produção agropecuária.

Para Sanabio e Antonialli (2007), “a agregação das unidades de produção familiares ao setor modernizado da agricultura atende a dois objetivos: garantir renda e trabalho para pequenos produtores, traduzido em última análise pela sobrevivência; e assegurar para agroindústria o fornecimento constante de matéria-prima dentro de padrões técnicos”.

Segundo estes autores, em seu estudo sobre a produção leiteira no país, a chave para a essa agregação está na organização das pequenas estruturas agropecuárias sob a forma de associativismo e cooperativismo, sem os quais os agricultores familiares estariam marginalizados politicamente no mercado de agronegócios.

A exploração extensiva da agropecuária por grandes conglomerados ou pela agricultura patronal representada por grandes extensões de monocultura, já não atendem os requisitos de sustentabilidade, pois exaurem a terra e os recursos naturais, nem uma demanda de mercado pela diversidade de produtos.

Estas demandas, incluindo a ocupação de mão-de-obra rural, estão respondidas no modelo de agricultura familiar, embora essa somente possa se sustentar quando integrada a uma organização maior que possa interferir nas relações mercadológicas e econômicas, como no exemplo da Associação de Criadores de Suínos de Camargo - RS e suas conexões com associações em nível estadual e nacional.

Apesar de os conglomerados agroindustriais definirem as regras e o modelo de exploração agropecuária, serem detentores do capital tecnológico e, portanto, do domínio econômico do processo, as empresas familiares também têm sua influência, sendo apoiadas pelas associações e também pelo estado. A sua maior vantagem é a de estarem inseridas no modelo de negócio com participação ativa, que no conjunto é bastante expressiva no contexto agropecuário nacional.

4 ASSOCIATIVISMO EM CAMARGO: OS ATORES ENVOLVIDOS E AS MUDANÇAS OCORRIDAS

A Associação de Criadores de Suínos de Camargo é uma associação civil, de âmbito municipal, sem fins lucrativos, de duração indeterminada e que tem por finalidade a defesa dos criadores de suínos, atores sociais envolvidos na problemática deste estudo.

Segundo dados da Associação de Criadores de Suínos de Camargo as Unidades de Produção Agrícola (UPAs), que fazem parte possuem uma área aproximada entre 25 e 30 ha, situadas nas oito comunidades que integram o município de Camargo-RS. O relevo nestas UPAs é levemente ondulado, onde são desenvolvidas as atividades produtivas. A atividade de suinocultura é realizada em parceria (integração) com agroindústrias do setor e integradores independentes, onde o produtor participa desta parceria com as instalações e a mão-de-obra e a agroindústria e/ou integradora com o fornecimento dos animais, insumos e assistência técnica. Os produtores entregando os animais prontos para o abate e ganham um valor por animal entregue de acordo com o desempenho obtido no lote.

As UPAs dos associados enquadram-se como sendo de perfil familiar, em função de algumas características socioeconômicas e produtivas, que assim permitem identificá-las, dentre as quais, podemos destacar as relações sociais de produção e de trabalho, que são de ordem familiar, a destinação da produção agrícola, que se destina ao mercado e o autoconsumo familiar, a disponibilidade de área é pequena, com um objetivo de proporcionar condições de reprodução social.

A ocupação de Camargo iniciou a aproximadamente 60/80 anos atrás, quando agricultores minifúndios se estabeleceram na região e o que sabiam fazer era cultivar o solo e produzir no meio rural. De acordo com o depoimento dos entrevistados, o início foi muito penoso e trabalhoso, pois todo o trabalho de limpeza das áreas e as tarefas de cultivo eram praticamente manuais. Trabalhavam na produção de grãos, produziam para a subsistência e comercialização suínos comuns ou do tipo banha, soltos em áreas fechadas com cerca construída de pedras, sendo confinados somente no período final de engorda. Os filhos que permaneceram nas terras assumiram os destinos das

propriedades e reestruturaram os processos produtivos, especializando-se na suinocultura em regime de integração, que atualmente é a principal fonte de recursos financeiros das propriedades.

A especialização e as transferências de tecnologia de grandes indústrias do setor foi o principal fator do desenvolvimento da atividade e majoração da renda da agricultura familiar. A parceria entre empresa e agricultor familiar, mediada pela Associação, propiciou a inserção de metodologia de criação de suínos compatível com as utilizadas em países desenvolvidos, um ganho considerável para famílias que antes estavam sendo marginalizadas pelo mercado, tendo que abandonar a terra à procura de seu sustento em cidades industrializadas.

Em termos sociais as famílias estão inseridas nas comunidades em que residem, com uma relação muito dinâmica e forte com as demais famílias. Em termos econômicos, da mesma forma, podemos afirmar que as UPAs têm conseguido ótimos resultados econômicos, fruto das atividades produtivas que desenvolvem que garantem um excelente padrão de vida a todos os membros da propriedade. Isso pode ser facilmente verificado, analisando-se o patrimônio atual das propriedades e a qualidade das residências, os móveis, utensílios, o patrimônio existente, como carros, motocicletas, além das condições que as famílias apresentam em termos de acesso a serviços e atividades essenciais, como: à saúde, educação, diversão, entre outros.

A participação ativa nas suas comunidades e na paróquia, convivendo com participantes de outras instituições, às quais destacamos: Coopemarau, Coagrisol, Sicredi, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camargo, Associação de Inseminadores, entre outras. Propiciam a constante integração e troca de conhecimentos e experiências, servindo ao propósito de inclusão social das famílias que antes se encontravam marginalizadas social e economicamente.

Os proprietários possuem um bom padrão de vida e podem dar esta condição de vida, podendo dar suporte aos demais integrantes da família, principalmente em questões como alimentação, vestuário, saúde, educação e lazer. Acreditam eles que grande parte da solução dos problemas passa pela educação, instrução e preparo para enfrentar uma sociedade cada vez mais competitiva. Como perspectiva futura, esperam poder manter seu patrimônio e

sua condição satisfatória, principalmente social e econômica e poder passar esta situação de tranquilidade e de conforto a seus filhos, que deverão continuar a traçar os destinos das UPAs.

Essa realidade pode ser creditada primeiramente à iniciativa da criação da Associação de Criadores de Suínos de Camargo – RS, que mais tarde se filiou à ACSURS – Associação de Criadores de suínos do RS e em nível nacional a ABCS – Associação Brasileira de Criadores de Suínos, instituições e organizações que defendem os interesses dos produtores e que prestam apoio a esta cadeia produtiva.

A criação de suínos sempre existiu na área territorial estudada. Mas o trabalho sempre foi independente e sem uma mínima organização entre os produtores. O produtor fazia o ciclo completo, ou seja, possuía as matrizes, criava os leitões e engordava os suínos. Após esta etapa vendia para o intermediário. Neste sistema todo o processo envolvia capital e recursos próprios do produtor, o que na grande maioria das vezes o mesmo não possuía esta disponibilidade. Sendo assim o melhoramento genético estava comprometido, o melhoramento das instalações e da ração nunca aconteciam pela falta de recursos. Com a chegada de grandes complexos agroindustriais teve o início uma transformação neste sistema. A agroindústria passou a negociar e a controlar a cadeia produtiva diretamente com os produtores individualmente. Sendo assim o processo de integração iniciou bem antes do surgimento da Associação.

Com a organização dos produtores, através da Associação, o trabalho sofreu alterações e as decisões são tomadas pelos associados e não mais pelo produtor individualmente, sendo assim, esta representatividade coletiva buscou benefícios e ganhos para seus associados. Hoje já é possível observar a consciência e a representatividade existente em relação aos novos investimentos e no bem estar das famílias dos associados.

Conforme dados do estatuto da entidade, fornecidos pela secretaria administrativa desta, especificamente a Associação de Suinocultores de Camargo - RS tem como finalidades coordenar as atividades dos criadores de suínos, promovendo ações zootécnicas, intercâmbio com entidades afins e provendo treinamento e serviços na área de inseminação, como melhoria tecnológica, e ações comerciais como aquisição de insumos de forma coletiva.

Portanto, a atuação da Associação de Criadores de Suínos de Camargo – RS e por extensão as organizações associativas de nível estadual e nacional, foram fundamentais para o processo de ressocialização de uma parcela da população rural do município. Segundo depoimentos colhidos junto a associados, a atuação desta associação promoveu o desenvolvimento socioeconômico das famílias associadas, diferente de tantas outras no passado que abandonaram a criação de suínos por falta de condições de subsistência, seja por fraco poder de negociação, seja pela falta de acesso à cultura e tecnologia.

Como forma de organização social, a Associação de Criadores de Suínos de Camargo – RS apresenta uma estrutura e funcionamento prático sobre os quais, baseado em depoimentos e registros encontrados na pesquisa de campo, abaixo relacionamos algumas características práticas e dados complementares sobre a entidade estudada.

A Associação foi criada em 07 de julho de 1995 por iniciativa de produtores de suínos do município de Camargo-RS. Atualmente é formada por 45 produtores rurais que possuem atividades voltadas com a criação de suínos. A Associação possui uma diretoria composta de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro. Estes membros são eleitos em Assembléia Geral com mandato de dois anos podendo ser reeleitos. A Associação possui um Conselho Fiscal composto por três membros titulares e dois suplentes eleitos também na Assembléia Geral, sendo um órgão fiscalizador e consultivo das atividades patrimonial, financeira e contábil da Associação.

A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação. As decisões da Assembléia Geral são tomadas por todos os sócios em pleno gozo de seus direitos, tendo como finalidade deliberar e resolver dentro da lei e dos dispositivos estatutários. Suas deliberações serão tomadas por maioria simples dos associados em primeira convocação e com qualquer número de sócios presentes em segunda convocação com intervalo mínimo de meia hora. Além da Assembléia Geral a diretoria promove reuniões periódicas para tratar de assuntos relacionados a administração da Associação.

O atual presidente da Associação de Criadores de suínos de Camargo é o Senhor Hildo Filippi o qual foi eleito em março de 2010 e permanece na

presidência da Associação até março de 2012. A Associação dos suinocultores é uma entidade civil sem fins lucrativos. Como entidade de classe que promove o desenvolvimento da suinocultura dentro da área territorial do município de Camargo-RS, em estreita cooperação com os órgãos oficiais. É condição para a existência desta associação o mínimo vinte associados dispostos a promover a união dos suinocultores dos técnicos e das pessoas ligadas à suinocultura.

Tecnicamente, suas principais atividades podem ser resumidas conforme abaixo citado:

- aumento da escala, com especialização, profissionalização e intensificação tecnológica na produção de suínos, juntamente a ganhos de escala e redução da capacidade ociosa. Isso acarreta maior eficiência produtiva e aumento do peso médio de abate, com maior rentabilidade dos suinocultores;
- melhoria na coordenação entre os suinocultores através de ações de cooperação entre associações, produtores independentes, e instâncias de representação a nível estadual e nacional. A maior integração permite ganhos de eficiência organizacional e menor volatilidade em preços, quantidade e qualidade. A maior coordenação permite que os suinocultores respondam de forma mais eficiente a choques externos, ou pelo menos sem euforia nos ciclos de expansão;
- incorporação de tecnologias de tratamento de dejetos e de limites à expansão da atividade nas tradicionais regiões produtoras do Sul. Isso pode levar a uma menor lucratividade, mas com um potencial de inovação tecnológica e de redução do impacto ambiental;
- a necessidade de aumento de produção para suprir a demanda está proporcionando e continuará a exigir ainda mais a utilização de tecnologia de ponta na atividade produtiva, para que assim haja aumento de produtividade e produção. Teremos melhoramento genético, aumento da capacidade de conversão alimentar, maior rendimento de partes “nobres” do suíno, menor tempo de engorda, com redução da idade de abate e uma melhor conversão alimentar, aliado às instalações climatizadas e automatizadas;

- unidades de produção com maior capacidade produtiva e concentração de produção: cada associado deverá que ter uma capacidade mínima de produção para continuar no processo, a concentração nas unidades de produção é necessária, pois reduz os custos;
- o atendimento às legislações ambientais e sanitárias necessárias para a obtenção de certificação e atendimento aos consumidores cada vez mais preocupados com a questão de preservação e principalmente com o bem estar animal, para que produtos não agridam ou causem impactos ambientais negativos;
- através dos organismos de representação das Associações, tanto a nível Estadual como Nacional realizam Campanhas Publicitárias de Caráter Institucional para a promoção do consumo. O objetivo dessas campanhas é o de informar os consumidores sobre as reais características da carne suína e sua importância para a saúde humana.

Com esse processo, as famílias rurais foram beneficiadas, conforme depoimentos tomados de associados em entrevistas não estruturadas, através da reorganização da sua atividade com inserção de tecnologia e reunião de experiências dos pares. Houve aumento significativo de produtividade (eficiência na produção), melhoria na qualidade genética e sanitária dos rebanhos, e com a força da associação, negociações melhores e desenvolvimento de mercado de demanda para os produtos.

Comparando com épocas anteriores, em que o produto tinha uma demanda inferior, o gasto operacional para a produção de um animal pronto para o abate era quase o dobro (depoimento de produtores), sendo que muitas vezes não havia mercado e o produtor tinha que continuar alimentando o animal sem significativo ganho de peso até a sua colocação no mercado.

A incorporação de tecnologia de tratamento de dejetos proporcionou economia de combustível, pela geração de biogás (nas famílias especializadas na criação dos leitões a partir de matrizes, o biogás tornou a geração de calor para as estufas autossuficiente), bem como a eliminação do bicho de pé (parasita que se infiltra por baixo da pele humana, podendo causar muita coceira e até sérias lesões), e outras enfermidades comuns em tempos passados, causadas pela *Escherichia coli* (bactéria que causa problemas gastrointestinais podendo gerar infecção generalizada) e outros tantos agentes

patogênicos favorecidos pela falta de saneamento, que não são objetos deste estudo.

A Associação, através de organização de eventos culturais, palestra com especialistas e interpretação e adequação à legislação sanitária, serviu como facilitador entre o produtor familiar e a agroindústria, que atualmente é o principal meio de distribuição deste tipo de produção. A inserção dos produtores rurais no agronegócio de grande escala, mesmo na forma de produção com estrutura familiar, proporcionou o desenvolvimento dessa atividade dentro do município onde anteriormente a seleção natural pelo mercado teria relegado uma grande parte das famílias à marginalização da atividade agropecuária.

Outro fator importante decorrente desta organização associativista, foi o aumento da renda média das famílias, que devido aos vários fatores até aqui citados, teve um acréscimo de mais de trezentos por cento, comparada com duas décadas atrás, segundo depoimentos de produtores.

Esse aumento na renda, auferido aos associados da entidade citada, também se faz sentir em organizações associativistas similares em outras áreas de atuação dentro do ramo da agropecuária, significa também um desenvolvimento econômico para a comunidade, gerando consumo de bens e serviços e afetando positivamente a economia do município de Camargo e vizinhos. Esta melhoria de renda proporcionou ainda uma nova situação social para as famílias, abrindo espaço financeiro para o estudo dos filhos, participação em eventos culturais e melhoria da condição de vida.

A informação de qualidade propiciou ao agricultor familiar a adequação à legislação ambiental, e ao desenvolvimento sustentável das atividades, sendo uma das principais mudanças ocorridas, o tratamento de rejeitos e melhoria sanitária do ambiente de operação das criações de suínos.

Sendo um município onde a atividade rural é predominante, Camargo viu a evolução do sistema associativo em várias frentes, sendo a criação de suínos um dos elementos que compõem a sua economia e que está organizado segundo este sistema. Esta foi, para o município, uma forma de estancar as migrações de parcelas da população cuja sobrevivência da atividade rural estava se tornando difícil, pelos moldes dos processos referidos em que a tecnologia beneficiava apenas o agricultor patronal, como visto.

A redução do êxodo rural e a criação de valor para o agricultor familiar trouxeram para o município certa estabilidade em sua demografia e o aumento da renda média dos cidadãos o que favorece a economia do município. Segundo dados do IBGE relativo ao censo de 2010, a população em 2000 era de 2498 habitantes, passando a 2591 habitantes em 2010 (crescimento vegetativo de 3,7% em 10 anos).

A atividade de suinocultura no município de Camargo-RS representa em termos econômicos e sociais a sustentabilidade de inúmeras Unidades de Produção Agrícola. Segundo dados da Prefeitura Municipal e da Fundação de Economia e Estatística (FEE), esta atividade apresenta na atualidade um efetivo de 17.000 animais, possibilitando a produção de cerca de 7.600 toneladas ano de carne destinadas ao mercado consumidor. A atividade em estudo gerou uma renda bruta no ano de 2009, de R\$ 25.280.763,42 representando 26,97% do total da produção primária municipal.

Como observado, a atuação da Associação de Criadores de Suínos de Camargo – RS trouxe novo alento às famílias de criadores do município, oportunizando através da sua organização e influência econômica, o acesso às informações pertinentes ao negócio, intermediando a aquisição de insumos e prestando assistência jurídica nos contratos entre empresas familiares e agroindústrias. O acesso à tecnologia de criação foi incorporado à sua cultura, e trouxe a melhoria de produtividade e atendimento às normas sanitárias. Embora promovidos no ambiente da Associação, esta transferência de tecnologia se deve mais à necessidade da agroindústria de obter produtos de qualidade assegurada do que à ação da Associação. Porém a mesma atua indiretamente através de programas próprios de melhoramento genético, e principalmente intermediando as relações comerciais e parcerias no mercado local.

5 CONCLUSÃO

Cada vez mais a forma de organização associativa ganha expansão, contribuindo significativamente no desenvolvimento da sociedade. Esta reflete o comportamento social dominante nas próprias comunidades e é vista como uma forma de juntar interesses comuns, defendendo pontos de vista de forma global. A importância e o valor do associativismo decorrem do fato de constituir uma criação e realização viva e independente; uma expressão da ação social das populações nas mais variadas áreas. É uma escola de vida coletiva, de cooperação, de solidariedade, de generosidade, de independência de humanismo e cidadania. Concilia valor coletivo e individual. Pelo que, defender, reforçar, apoiar e promover o desenvolvimento do movimento associativo é defender e reforçar a democracia e a participação dos cidadãos na vida social.

Conforme exemplos tirados na revisão bibliográfica, podemos responder, ao menos parcialmente, as questões iniciais aqui propostas. Associativismo trata-se de um fenômeno cujo foco recai na livre associação para fins econômicos e sociais, com certo grau de política, porém dissociado do antagonismo histórico das estruturas de poder.

O associativismo traduz-se como ferramenta de inserção social dos atores estudados, os agricultores familiares, que em vistas do modelo agroindustrial brasileiro estariam na ponta de uma cadeia produtiva onde não possuiriam nenhuma influência política ou econômica. Embora sustentassem toda a cadeia com sua atividade, não fosse a sua organização em classes e associações locais, estaduais e nacionais.

A tendência do associativismo rural no Brasil está associada ao desenvolvimento regional, e é apoiada por organismos públicos e estatais. O processo de formação de associações rurais com apoio do poder executivo tem trazido progresso e geração de melhoria de renda para a população rural em várias áreas do Brasil.

Como vimos pelo exemplo da associação pesquisada, a aplicação dos conceitos de associativismo no contexto das famílias de agricultores de Camargo - RS é perfeitamente viável, e serve ao propósito econômico tanto quanto social, em que a integração das famílias ao debate comunitário promove um estímulo para a continuidade de seus costumes, e o acesso à

informação trará vantagens comerciais que podem vir a se constituir em um ganho no valor das mercadorias e redução dos custos da atividade agrícola.

Neste exemplo, a situação do associativismo no município de Camargo – RS já está trazendo ao agricultor familiar instrumentos de ressocialização e melhoria do seu negócio, também inserindo o agricultor familiar em um complexo sistema de agronegócio no qual ele interage com grandes conglomerados agroindustriais.

A Associação dos Criadores de Suínos de Camargo – RS, associada às organizações representativas da categoria nos níveis estadual e federal, promoveu a reorganização da atividade produtiva em conjunto com empresas de grande porte atuantes no mercado, integrando a agricultura familiar, base para o sistema de produção atualmente em vigor, ao processo de transformação tecnológica e social. Com a união de forças para um objetivo comum de desenvolvimento rural, os atores sociais estudados tiveram as suas dificuldades naturais do empreendedorismo familiar minimizadas. Ao mesmo tempo, significativa melhoria na sua condição social perante a comunidade em que vivem, e por conseqüência, contribuindo para o desenvolvimento econômico do município de Camargo – RS. A redução da pobreza, especialmente na área rural, foi também consequência deste modelo de atuação e organização associativa.

A existência de associações de agricultores familiares pode ser entendida, como um instrumento de luta destes pequenos produtores, proporcionando a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos. Uma associação não é somente uma organização de pessoas com objetivos comuns para proporcionar uma melhor reprodução econômica de seus sócios, mas sim uma organização mais complexa com objetivos também de caráter social, desempenhando importantes e complexas funções.

Sentimos que o associativismo das famílias dos agricultores rurais de Camargo -RS pode ser um importante aliado na melhoria das condições de reprodução socioeconômica. A comprovação vem por meio da própria experiência dos produtores, os quais, organizados em associação, conseguem vencer os desafios de permanecer na terra como pequenos agricultores, num lugar onde a falta de recursos financeiros e tecnológicos é facilmente

perceptível.

A exploração de propriedades familiares pode ser uma alternativa para diminuir a desigualdade social e econômica existente. Quando organizados, pode-se imaginar que os produtores tenham condições de explorar melhor sua unidade produtiva, aplicar a tecnologia mais adequada e contar com recursos e aparato logístico para distribuir e comercializar a produção.

No entanto, a associação é muito mais que uma alternativa econômica como ficou evidenciado na pesquisa. Desempenha um papel fundamental na convivência diária, fortalecendo os laços de amizade e ajuda mútua. Através dos depoimentos, ficou claro que é a associação que os unifica, promovendo o convívio em comunidade. Nesse sentido, pode-se considerar pela pesquisa que, sem o aparato da associação, os produtores não teriam como garantir boa parte da renda que hoje possuem. A associação não garante a renda, mas garante os meios de se consegui-la, fazendo com que os associados tenham uma base de apoio para vencer a barreira da entrada no mercado.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, L. M. C. **Agricultura familiar em Orizona (GO): a Associação dos Pequenos Agricultores da Marta Velha, Água Grande e Coqueiro – APAMAC**. 2003. 121 f. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

BORIN, Jair; VEIGA, José Eli (org.), Almeida, Wellington (texto). **Brasil Rural na Virada do Milênio - Encontro de Pesquisadores e Jornalistas**, 2001, São Paulo : USP,. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo, Campinas: Editora da Unicamp – IE. 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp. IE/Unicamp, 1999.

DUARTE, Laura Maria Goulart; SAYAGO, Doris. **Dinâmicas associativas da agricultura familiar e funcionamento dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável**. Cadernos do CEAM - Centro de Estudos Multidisciplinares Avançados. Universidade de Brasília. Brasília, 2006. 280pg.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Disponível em: < http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp > Acesso em maio de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo 2010**. http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=43 acessado em 04/09/2010.

MACEDO FILHO, R. **A influência da associação de pequenos agricultores familiares na qualidade de vida dos associados e suas Implicações no Desenvolvimento Local** – APAEB/Valente-BA. Viçosa, MG: UFV, 2003. 131 f. (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar no rio grande do sul.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2005. Disponível em [http://www.nead.gov.br/portal/nead/institucional/Textos Digitais](http://www.nead.gov.br/portal/nead/institucional/Textos%20Digitais). Acessado em 10/08/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARGO.

REVISTA BAHIA ANÁLISE & DADOS. APAEB – **Associação de Pequenos Agricultores do Município de Valente**. Salvador, SEI, v: 12, n. 1, p. 112-119, Junho, 2002.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

SANARIO, Marcos Tanure; ANTONIALLI, Luiz Marcelo. **Complexos agroindustriais e associativismo no setor leiteiro: experiências que precisam ser conhecidas**. Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Londrina – PR - 25 a 27 de julho de 2007.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001.

TEIXEIRA, E.C. **Sociedade Civil e Participação cidadã no Poder Local**. Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, 2000.

TOMAZI, Nelson Dacio et al. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2000.

VILLELA, Mario Hamilton - **A importância do associativismo para a pequena propriedade rural**. Em <http://www.paginarural.com.br/artigo/1352/a->

importancia-do-associativismo-para-a-pequena-propriedade-rural, acessado em dezembro de 2010.